

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Rio de Janeiro e Espírito Santo



CADERNO DE QUESTÕES

Prova para o Cargo de:

Analista Judiciário

Especialidade:

Execução de Mandados - A01

ATENÇÃO

1. Aguarde a autorização do Fiscal de Sala para iniciar a leitura das questões da prova.
2. A prova terá duração de 4(quatro) horas; o candidato que terminar a prova só poderá sair após decorrida 1 hora de seu início. O Caderno de Questões só poderá ser levado pelo candidato após 3 horas do início da prova.
3. Este Caderno é composto de:
15 questões de Direito Processual Civil - de 01 a 15;
10 questões de Direito Processual Penal - de 16 a 25;
05 questões de Direito Civil - de 26 a 30;
05 questões de Direito Constitucional - de 31 a 35;
05 questões de Direito Administrativo - de 36 a 40;
20 questões de Língua Portuguesa - de 41 a 60.
4. Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões: esta tarefa é obrigação exclusiva do candidato.
5. Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de equipamentos eletrônicos.
6. Em cada questão só há uma opção correta de resposta, portanto evite rasurar seu Cartão de Respostas, pois em hipótese alguma ele será substituído.
7. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Respostas; apenas confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assine no local indicado.
8. O gabarito desta prova estará disponível nos Locais de Divulgação e no site www.fundec.org.br, a partir de 14/01/03.
9. Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes do Manual do Candidato.

BOA SORTE

Tels. (21)2629-3606 / 2629-3566 / 2629-3515
Site: www.fundec.org.br

Realização:

FEC

Fundação
Euclides da Cunha
de Apoio Institucional à UFF

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01) Incumbe ao Oficial de Justiça:

- A) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem;
- B) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertençam ao seu ofício;
- C) dar, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo, quando assim não veda a lei;
- D) comparecer às audiências, ou, não podendo fazê-lo, designar para substituí-lo escrevente juramentado, de preferência datilógrafo ou taquígrafo;
- E) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo que saiam de cartório, exceto nos casos previstos em lei.

02) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Far-se-á intimação por meio de oficial de justiça apenas nos casos em que for ré pessoa de direito público ou quando frustrada a citação pelo correio.
- II - Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
- III - A citação e a intimação serão nulas, quando feitas sem observância das prescrições legais.
- IV - Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- V - Compete ao juiz verificar se o serventário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos por lei, devendo, uma vez apurada a falta, mandar instaurar procedimento administrativo na forma da Lei de Organização Judiciária.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV;
- B) I, III e IV;
- C) III, IV e V;
- D) II, III e IV;
- E) I, III e V.

03) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- II - No julgamento da apelação ou de agravo, ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar, o qual em reconhecendo o interesse público na assunção de competência, julgará o recurso.
- III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- IV - Na execução para a entrega de coisa certa, alienada a coisa quando já litigiosa, expedir-se-á mandado contra o terceiro adquirente, que somente será ouvido depois de depositá-la.
- V - Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o juiz autorizará a alienação antecipada de bens penhorados apenas quando sujeitos a deterioração ou depreciação.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, III e V;
- B) I, II e IV;
- C) II, III e V;
- D) II, III e IV;
- E) I, IV e V.

04) No que se refere aos Juizados Especiais Federais:

- A) é defeso ao juiz proferir medidas cautelares no curso do processo, ainda que para evitar dano de difícil reparação;
- B) somente será admitido recurso em face de sentença definitiva;
- C) tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de 30 dias, contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independente de precatório;
- D) compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar as ações de mandado de segurança, as ações populares e de execuções fiscais;
- E) não haverá reexame necessário.

05) É correto afirmar que:

- A) se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, poderá a parte repetir o pedido, ainda que pelo mesmo fundamento;
- B) a medida cautelar poderá ser substituída de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente;
- C) a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, salvo o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário;
- D) é defeso ao autor da ação possessória cumular ao pedido possessório o de cominação de pena para caso de nova turbação ou esbulho;
- E) na ação de consignação em pagamento, quando o réu alegar na contestação que o depósito não é integral, é lícito ao autor completá-lo, dentro de 5 (cinco) dias, salvo se corresponder a prestação, cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.

06) Configura-se causa de impedimento para que o juiz exerça suas funções no processo contencioso ou voluntário:

- A) ser ele amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;
- B) ser ele herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;
- C) ter ele conhecido a causa em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;
- D) ter ele recebido dádivas antes ou depois de iniciado o processo;
- E) ter ele aconselhado alguma das partes acerca do objeto da causa.

- 07) O prazo para interpor Embargos de Declaração é de:
- A) 15 dias;
 - B) 05 dias;
 - C) 10 dias;
 - D) 30 dias;
 - E) 20 dias.

08) É título executivo extrajudicial:

- A) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;
- B) o formal e a certidão de partilha;
- C) a sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- D) a sentença arbitral;
- E) a sentença homologatória de transação.

09) Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos no prazo de:

- A) 05 dias;
- B) 15 dias;
- C) 10 dias;
- D) 30 dias;
- E) 48 horas.

10) Em sede de execução:

- A) os embargos do devedor serão recebidos apenas no efeito devolutivo;
- B) quando os embargos do devedor forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada;
- C) os embargos do devedor serão oferecidos no prazo de 05 dias a contar da intimação da penhora;
- D) recebidos os embargos do devedor, o juiz mandará intimar o credor para impugná-los no prazo de 05 dias;
- E) o oferecimento dos embargos por um dos devedores suspende a execução contra todos os co-devedores, ainda que não a tenham embargado.

11) Quanto às custas devidas à União na Justiça Federal, nos termos da lei 9289/96, é correto afirmar que:

- A) rege-se pela legislação federal a cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal;
- B) são isentas do pagamento de custas as entidades fiscalizadoras do exercício profissional;
- C) extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar dentro de trinta dias, o Diretor da Secretaria encaminhará os elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União;
- D) não se fará levantamento de caução ou de fiança sem o pagamento das custas;
- E) a reconvenção e os embargos à execução sujeitam-se ao pagamento de custas.

12) Segundo o artigo 162 § 1º do Código de Processo Civil, “sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa”. Diz-se que há sentença de mérito quando:

- A) o juiz acolhe a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;
- B) o autor desiste da ação;
- C) o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação;
- D) a ação for considerada intransmissível por disposição legal;
- E) ocorrer confusão entre autor e réu.

13) É correto afirmar que:

- A) a sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos;
- B) nas ações que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer, o descumprimento da sentença poderá ser convertido em perdas e danos, independentemente de pedido do autor;
- C) ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la por meio de embargos de declaração;
- D) na execução para entrega de coisa é defeso ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias;
- E) configura-se julgamento extra petita, quando o juiz decide o pedido, concedendo mais ao autor do que fora pleiteado.

14) Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor deverá ser citado para pagar ou nomear bens à penhora. Não encontrando o devedor, o oficial de justiça procederá ao:

- A) seqüestro dos bens;
- B) adjudicação dos bens;
- C) arrolamento dos bens;
- D) arresto dos bens;
- E) busca e apreensão dos bens.

15) Leia atentamente as assertivas abaixo.

- I - Somente o credor exeqüente possui legitimidade para requerer a adjudicação.
- II - Na impugnação aos embargos à execução fundada em sentença, poderá o credor oferecer artigos de liquidação de frutos ou de danos, a fim de se compensarem com as benfeitorias.
- III - Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados a alimentos de incapazes, bem como de mulher viúva, solteira, desquitada, ou de pessoas idosas, além das imagens e dos objetos do culto religioso, sendo de grande valor.
- IV - Eventuais prejuízos ao devedor, decorrentes da execução provisória da sentença, somente poderão ser ressarcidos através de ação autônoma.
- V - Na execução provisória da sentença, a caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e III;
- B) II, III e IV;
- C) I, II e IV;
- D) III, IV e V;
- E) II, III e V.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

16) No inquérito policial:

- A) a suspeição da autoridade policial não poderá ser argüida;
- B) a autoridade policial não tem a obrigação de declarar-se suspeito;
- C) só o Juiz dar-se-á por suspeito;
- D) só o menor ou seu representante legal poderá argüir a suspeição do Delegado de Polícia no Inquérito Policial;
- E) a suspeição do Delegado de Polícia, por ser um fato legal, não pode deixar de ser argüida.

17) O inquérito policial pode ser arquivado por:

- A) sentença do Juiz;
- B) despacho do Juiz;
- C) despacho do Ministério Público;
- D) sentença excepcional do Ministério Público;
- E) despacho do Delegado de Polícia.

18) Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por:

- A) carta precatória;
- B) edital no prazo de 15 dias;
- C) edital no prazo de 10 dias;
- D) carta rogatória;
- E) edital no prazo de 05 dias.

19) A citação do militar é feita:

- A) a ele e dado ciência ao seu superior;
- B) por ofício ao seu superior imediato;
- C) por ofício requisitório ao chefe do serviço;
- D) diretamente a ele e comunicado verbalmente ao chefe do serviço;
- E) ao superior do militar diretamente.

20) Se o ofendido for maior de 18 anos e menor de 21 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por:

- A) seu representante legal;
- B) qualquer do povo;
- C) qualquer membro do Ministério Público, devido a sua incapacidade;
- D) por ele mesmo, desde que emancipado ou com atestado médico;
- E) seu pai, mesmo que não o represente.

21) O Dr. Delegado de Polícia ao terminar o Inquérito Policial:

- A) fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e o enviará ao Ministério Público;
- B) fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e o enviará ao Juiz se o indiciado estiver preso por 20 dias;
- C) fará minucioso despacho do que tiver sido apurado e o enviará ao Juiz se o indiciado estiver preso por 20 dias;
- D) fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e o enviará ao Juiz;
- E) fará minucioso despacho, encaminhando ao Chefe de Polícia.

22) A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- A) o fato narrado evidentemente constituir crime;
- B) o fato narrado evidentemente não constituir crime;
- C) for manifestada a legitimidade da parte;
- D) não faltarem as condições exigíveis pela lei;
- E) for possível identificar o fato constituído como crime.

23) Em relação às suas características básicas, o Inquérito Policial deve ser:

- A) oral, dispensável, sigiloso e inquisitivo;
- B) inquisitivo, escrito, indispensável e sigiloso;
- C) verbal, indispensável, contraditório e público;
- D) escrito, dispensável, sigiloso e inquisitivo;
- E) escrito, indispensável, inquisitivo e público.

24) O Juiz:

- A) é o presidente do processo incumbido de prover a regularidade e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública;
- B) é parte integrante do processo;
- C) é o presidente do processo, cabendo, entretanto, sua regularidade ao Ministério Público;
- D) é o indivíduo que tem capacidade subjetiva e requisitos para atuar no processo;
- E) é o condutor, direcionador participativo do processo.

25) No processo em que o Juiz foi testemunha:

- A) poderá atuar, pois tem o conhecimento pleno do fato;
- B) poderá atuar, pois o seu direito subjetivo estará menos propenso a erro;
- C) estará impedido por ter jurisdição neste processo;
- D) só estará impedido se uma das partes for seu cônjuge;
- E) poderá atuar, desde que não seja amigo ou inimigo de uma das partes.

DIREITO CIVIL

26) São relativamente incapazes em relação a certos atos da vida civil:

- A) os menores de dezesseis anos;
- B) os silvícolas;
- C) os loucos de todos o gênero;
- D) os ausentes, declarados tais por atos do juiz;
- E) os maiores de 70 anos.

27) Consideram-se móveis para os efeitos legais:

- A) tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento, ou comodidade;
- B) as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade;
- C) os direitos de obrigação e as ações respectivas;
- D) o direito à sucessão aberta;
- E) os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram.

28) No que se refere aos defeitos dos atos jurídicos:

- A) em havendo intuito de prejudicar a terceiros ou infringir preceito de lei, os contraentes poderão alegar em juízo a existência de simulação nos casos de litígio contra terceiros;
- B) não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial;
- C) a coação, quando exercida por terceiro, não vicia o ato;
- D) o erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade viciará o ato, ainda que, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada;
- E) presumem-se de boa-fé as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum dos seus credores.

29) Leia com atenção as assertivas abaixo:

- I - Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes são do devedor.
- II - Extingue-se a obrigação de não-fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do fato, que se obrigou a não praticar.
- III - Nas indenizações por fato ilícito prevalecerá o valor mais favorável ao devedor.
- IV - O depositário responderá pelos casos fortuitos e de força maior quando não puder prová-los.
- V - Quando a fiança exceder o valor da dívida ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada.

Pode-se afirmar que estão corretas as assertivas:

- A) I, II, V;
- B) II, III e IV;
- C) II, III e V;
- D) II, IV e V;
- E) I, III e IV.

30) É correto afirmar que:

- A) é plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando têm ônus real, ou é resolúvel;
- B) no concurso de credores, a discussão entre os credores pode versar apenas sobre a preferência entre eles disputada;
- C) o possuidor de boa-fé responde sempre pela perda ou deterioração da coisa;
- D) as ações de manutenção e as de esbulho possessório são sempre sumárias;
- E) as benfeitorias realizadas pelo possuidor compensam-se com os danos, e obrigam ao ressarcimento ainda que não existam ao tempo da evicção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) A ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal pelo:

- A) Procurador Geral da República, exclusivamente;
- B) Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador Geral da República;
- C) Advogado Geral da União, privativamente;
- D) Procurador Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Advogado Geral da União;
- E) Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa de Assembléia Legislativa, por Governador de Estado, pelo Procurador Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional, por Confederação Sindical ou Entidade de Classe de âmbito nacional.

32) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da união e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Se o TCU, no exercício da sua função de controle externo da atividade financeira do Estado, verificar alguma ilegalidade na prática de determinado ato, em órgão ou entidade do Poder Executivo, poderá fixar prazo para as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso as providências solicitadas não sejam atendidas, o Tribunal de Contas da União poderá adotar a seguinte medida:

- A) determinar ao Congresso Nacional que tome as providências cabíveis;
- B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros públicos;
- C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- D) fixar novo prazo para as providências necessárias, se autorizado pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas;
- E) submeter o órgão ou entidade a rigorosa fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

33) No que se refere aos órgãos do Poder Judiciário, é correto dizer que:

- A) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pela maioria absoluta do Congresso Nacional;
- B) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de 11 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República;
- C) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no máximo, sete juízes, recrutados na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- D) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- E) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente do STF dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

34) De acordo com o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, é correto dizer que:

- A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso nacional de projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- B) o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos-leis e resoluções;
- C) as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação;
- D) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal;
- E) a emenda à Constituição será sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, independentemente de ter sido proposta pelo Presidente da República ou pelo Poder Legislativo.

35) Com relação aos direitos políticos, é correto afirmar que:

- A) o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, acarreta a perda dos direitos políticos;
- B) a recusa de cumprir obrigação a todos imposta, sob alegação de convicção filosófica, importa em perda dos direitos políticos;
- C) o voto é facultativo para os conscritos;
- D) os analfabetos são inalistáveis;
- E) é vedada a perda dos direitos políticos, após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36) “Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subseqüentes” (José Cretella Júnior). Segundo o mesmo autor os princípios específicos do Direito Administrativo classificam-se em:

- A) onivalentes ou universais;
- B) plurivalentes ou regionais;
- C) monovalentes;
- D) setoriais;
- E) estaduais.

37) Leia atentamente as proposições abaixo.

- I - Excesso de poder e desvio de poder são espécies de abuso de poder.
- II - A presunção de legitimidade é *juris tantum*.
- III - A nulidade do ato administrativo, vale dizer, com vício insanável, opera *ex nunc*.
- IV - À administração é facultado anular *ex-officio* os próprios atos por motivo de ilegitimidade ou ilegalidade.

Pode-se dizer que:

- A) estão corretas as proposições I e III;
- B) apenas está correta a proposição IV;
- C) todas as proposições estão corretas;
- D) apenas está correta a proposição II;
- E) estão corretas as proposições I, II e IV.

38) A nomeação do Procurador Geral da República depende de prévia aprovação pelo Senado, em conformidade com o artigo 128, parágrafo 1º, da Constituição de República. A correta classificação deste ato, segundo a melhor doutrina, é:

- A) complexo;
- B) geral;
- C) composto;
- D) simples;
- E) pendente.

39) Nos termos do artigo 151, da lei 8112/90, são fases do processo administrativo disciplinar:

- A) instauração, inquérito administrativo e julgamento;
- B) petição inicial, defesa e relatório;
- C) instrução, defesa e relatório;
- D) auto de infração e julgamento;
- E) instauração, instrução e relatório.

40) Licitação é gênero de que são espécies as seguintes modalidades:

- A) concorrência, leilão e convite;
- B) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão;
- C) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão;
- D) apenas concorrência e concurso;
- E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e praça.

Leia o texto abaixo e responda às perguntas a seguir.

Critério Arriscado

O exemplo veio da maior economia do mundo: as agências de regulação e desenvolvimento - caso da SEC (Securities Exchange Commission) americana, e da CVM brasileira - têm que ser mantidas a salvo da submissão ou das influências políticas. Esta é a melhor forma de preservar a independência de organismos desse tipo cuja eficiência e utilidade para a economia do país são consequência direta de sua credibilidade e da independência de seus dirigentes.

Recentemente, nos Estados Unidos, o presidente da SEC, Harvey Pitt, viu-se compelido a renunciar a seu mandato. Motivo? Ele teria iludido seus colegas de conselho (diretoria da SEC), para conseguir maioria na escolha de William Webster para a liderança de um novo comitê que supervisionará a indústria da contabilidade no país.

Para conseguir o que pretendia, Pitt deixara de informar os demais membros do conselho da SEC que Webster fora chefe de auditoria de uma das companhias que, recentemente, se envolveram com fraudes contábeis. Pitt havia sido indicado para o cargo por Bush, no ano passado, e deveria cumprir um mandato de quatro anos. Diante dos fatos que envolviam Webster, e que eram parte da onda de escândalos financeiros que assola os Estados Unidos há mais de um ano, Pitt não teve alternativa.

No Brasil, o mandato fixo, de quatro anos, para os diretores e presidente da CVM, existe como forma de preservar sua independência.

Ao serem empossados em seus cargos, o presidente e diretores da Comissão de Valores Mobiliários assumem com o país os compromissos de moralidade e legalidade de seus atos, que são comuns a todos os servidores públicos. E tendo em vista a gravidade de sua missão, freqüentemente confrontada com interesses do mercado e do próprio governo, têm como forma de defesa de sua independência a duração de seu mandato.

A lição recente dos Estados Unidos, em que o mandato fixo não foi suficiente para amparar a ilegalidade, é boa para americanos e serve para o Brasil. O episódio Pitt mostra que o mandato de quatro anos é bom para preservar a independência dos dirigentes da agência, mas não pode servir de escudo no momento em que o agente público atue contra os superiores interesses da moralidade e da legalidade.

Mostra, também, que a melhor forma de evitar constrangimentos futuros, na escolha de dirigentes com mandatos fixos, ainda é a observância dos critérios de competência técnica e de moralidade. A pura e simples filiação partidária não deve habilitar ninguém a cargos desse tipo. O risco é um eventual constrangimento, como o que Bush experimentou ao nomear Harvey Pitt.

(Jornal do Brasil, 17/11/02, p. A14.)

41) O “Critério Arriscado”, de acordo com o que se pode depreender do texto, corresponde a uma indicação para exercício de função pública baseada:

- A) na prática do nepotismo;
- B) no princípio da independência e autonomia da função;
- C) nas influências políticas ou partidárias;
- D) na duração do tempo de mandato;
- E) no princípio da probidade administrativa.

42) No texto, o enunciador defende, sobretudo, a tese de que:

- A) o Brasil deve seguir o exemplo que proveio da maior economia do mundo, relativamente às agências de regulação e desenvolvimento, evitando a nomeação de pessoas comprometidas em escândalos públicos;
- B) é mais proveitoso para o bem estar da população que uma agência reguladora como a CVM tenha uma administração independente, constituída por dirigentes eleitos para mandatos de quatro anos;
- C) a nomeação de servidores públicos para cargos em agências de regulação e desenvolvimento deve pautar-se por princípios de moralidade e credibilidade, sem o que as agências terão suas ações comprometidas por escândalos;
- D) o envolvimento de servidores públicos em escândalos financeiros e administrativos traz enormes prejuízos à imagem de um país, tanto no plano interno, quanto no externo;
- E) é preciso salvaguardar os interesses superiores do país, usando critérios fundamentados na competência técnica e na moralidade, nas decisões relativas à indicação de pessoas para ocupar cargos de mandato fixo, como na CVM.

43) No termo sublinhado no trecho “as agências de regulação e desenvolvimento (...) têm que ser mantidas a salvo...” (linhas 2-4) pode-se depreender, da parte do enunciador, uma atitude de:

- A) possibilidade;
- B) obrigatoriedade;
- C) subjetividade;
- D) objetividade;
- E) pretensão.

44) Se se quiser, no primeiro parágrafo do texto, reescrever os dois períodos que o constituem na forma de um único período, mantendo-se o sentido original, deverá ser usado o conectivo:

- A) porquanto;
- B) por conseguinte;
- C) de modo que;
- D) à medida que;
- E) ainda que.

45) Abaixo foram feitas alterações na parte sublinhada do trecho “Esta é a melhor forma de preservar a independência de organismos desse tipo cuja eficiência e utilidade para a economia do país são consequência direta de sua credibilidade e da independência de seus dirigentes” (linhas 5-9). A alteração que está em desacordo com as normas de emprego do pronome relativo está na opção:

- A) ... por cuja eficiência e capacidade administrativa a sociedade optou.
- B) ... entre cujas atribuições e compromissos está a preservação dos princípios da moralidade e da legalidade.
- C) ... para cujos dirigentes estão voltados os olhos da sociedade.
- D) ... de cuja eficiência e capacidade para a solução de problemas econômicos a sociedade confia.
- E) ... a cuja competência têm-se referido os mais renomados economistas do país.

46) Com a frase interrogativa “Motivo?” (linha 12), o enunciador utiliza-se de uma estratégia discursiva que consiste em:

- A) recorrer a uma pergunta para apenas inserir uma resposta;
- B) produzir uma indagação para obrigar-se a uma solução;
- C) levantar uma curiosidade geradora de especulação;
- D) inserir uma atmosfera de suspense em relação ao que pretende enunciar;
- E) artificializar uma interlocução para relevar o que vai enunciar.

47) Da forma como utilizou o verbo na expressão “Ele teria iludido seus colegas de conselho” (linhas 12-13), o enunciador do texto teve a intenção de:

- A) insinuar uma suspeita, na tentativa de sua comprovação;
- B) confirmar uma denúncia, justificando sua comprovação;
- C) encaminhar uma suspeita, com fortes evidências de comprovação;
- D) reportar-se a uma denúncia, ainda em processo de comprovação;
- E) retificar uma denúncia, não obstante sua comprovação.

48) Do ponto de vista do modo de organização do discurso, pode-se afirmar que os parágrafos do texto são:

- A) narrativos, apesar de o objetivo do texto ser essencialmente argumentativo;
- B) argumentativos, mas estruturados de acordo com o modelo narrativo;
- C) argumentativos, sendo que o segundo e o terceiro parágrafos têm estrutura narrativa;
- D) narrativos, sendo que o primeiro, o quarto e o quinto parágrafos têm estrutura argumentativa;
- E) descritivos, mas a serviço de um texto cujo objetivo é predominantemente narrativo.

49) Para o entendimento objetivo da frase “Mostra, também, que a melhor forma de evitar constrangimentos futuros, na escolha de dirigentes com mandatos fixos, ainda é a observância dos critérios de competência técnica e de moralidade” (linhas 47-49), é necessário interpretar que o termo em função de sujeito do verbo mostrar é:

- A) “a lição recente dos Estados Unidos” (linha 39);
- B) “o episódio Pitt” (linha 42);
- C) “o mandato fixo” (linhas 39-40);
- D) “a melhor forma de evitar constrangimentos futuros” (linhas 47-48);
- E) “a observância dos critérios de competência técnica e de moralidade” (linhas 49-50).

50) Sobre as referências indicadas para os termos sublinhados abaixo, está INADEQUADA a que se faz na opção:

- A) “existe como forma de preservar sua independência” (linhas 29-30) = “CVM” (linha 29);
- B) “E tendo em vista a gravidade de sua missão” (linhas 34-35) = “o presidente e diretores da Comissão de Valores Mobiliários” (linhas 30-32);
- C) “O exemplo veio da maior economia do mundo” (linha 1) = “as agências de regulação e desenvolvimento (...) têm que ser mantidas a salvo da submissão ou das influências políticas” (linhas 2-5);
- D) “A lição recente dos Estados Unidos” (linha 39) = “O episódio Pitt” (linha 42);
- E) “A pura e simples filiação partidária não deve habilitar ninguém a cargos desse tipo” (linhas 50-52) = “com mandatos fixos” (linha 49).

51) A reescritura da oração “Ao serem empossados em seus cargos...” (linha 30), para que seja mantido o sentido original, tem de ser feita na forma:

- A) Dado que sejam empossados em seus cargos...
- B) Uma vez que são empossados em seus cargos...
- C) Se bem que sejam empossados em seus cargos...
- D) À medida que são empossados em seus cargos...
- E) Desde que são empossados em seus cargos...

52) O termo sublinhado no trecho “E tendo em vista a gravidade de sua missão” (linhas 34-35), para que seja mantido o sentido original, NÃO pode ser substituído por:

- A) a despeito de;
- B) em virtude de;
- C) devido a;
- D) em razão de;
- E) por causa de.

53) Na oração “como o que Bush experimentou ao nomear Harvey Pitt” (linhas 53-54), o verbo nomear foi usado na forma do infinitivo. Se usado numa forma finita, este verbo e todos os outros terminados em -ear, bem como alguns terminados em -iar, apresentam formas ditongadas e não ditongadas, segundo a norma culta da língua. Considerando essa característica de flexão, está INCORRETA a forma usada na frase:

- A) É conveniente que hasteemos a bandeira da moralidade nos negócios públicos.
- B) Um dirigente que demonstre competência não receia enfrentar problemas de gerenciamento.
- C) As sociedades anseiam por dirigentes que primem pela competência e moralidade.
- D) O presidente Bush freiou a iniciativa espúria de Harvey Pitt.
- E) Uma ação sensata do presidente sempre remedia possíveis situações constrangedoras.

54) Se a oração “Ao serem empossados em seus cargos” (linha 30) tivesse sido redigida “Ao serem empoçados em seus cargos”, constatar-se-ia uma incorreção provocada pela inversão no emprego dos vocábulos homônimos sublinhados. As frases, dos pares abaixo, estão corretas, EXCETO as de um par em que houve inversão dos termos homônimos. Este par é o que se encontra na opção:

- A) Extático diante de tanta beleza, o turista analisava com atenção cada detalhe da obra. / Durante cinco horas os veículos permaneceram estáticos dentro do túnel, até que a polícia removesse os acidentados.
- B) Políticos insipientes, neófitos na arte da negociação, podem, em pouco tempo, sofrer a rejeição do eleitorado. / Levas de homens incipientes, de pouca ou nenhuma instrução, buscavam esclarecer-se a respeito dos direitos que lhes assistiam.
- C) O texto inserto entre as narrativas contribuiu para esclarecer sobre os objetivos da obra. / O estudante estava incerto quanto à carreira que seguiria.
- D) Os criminosos reincidentes devem expiar seus crimes em penitenciárias de segurança máxima. / O bom comerciante deve espia a hora certa para investir.
- E) O novo presidente é um homem inteligente e experto, com passagens em várias outras empresas. / Para realizar bons negócios, o investidor tem de ser esperto, comprando e vendendo na hora certa.

55) Pelo que se pode depreender do texto, o “episódio Pitt” consistiu:

- A) na demissão do presidente da Securities Exchange Commission, Harvey Pitt, pelo presidente Bush, após este descobrir que, embora tivesse sido eleito para um mandato de quatro anos, Pitt vinha se excedendo em suas atribuições, dando demonstrações de que pretendia indicar para sucedê-lo uma pessoa comprometida em fraudes contábeis, em sensível constrangimento para o presidente;
- B) na renúncia do presidente da Securities Exchange Commission, Harvey Pitt, numa demonstração de poder por parte do presidente Bush, quando este descobriu que Pitt pretendia indicar para a liderança de um importante comitê um desafeto político envolvido em escândalos contábeis, fato que desgastaria ainda mais a já combalida liderança do presidente norte-americano;
- C) num complexo jogo de interesses que levou à renúncia do presidente da Securities Exchange Commission, Harvey Pitt, por ter este omitido, junto à diretoria da SEC, informações comprometedoras a respeito de William Webster, a quem pretendia entregar a liderança de uma comissão supervisora das atividades relacionadas à contabilidade no país;
- D) na formação de um comitê, sob a presidência de Harvey Pitt, da Securities Exchange Commission, auxiliado por William Webster, para apurar irregularidades contábeis em várias empresas americanas, após denúncias que levantavam a suspeita de envolvimento do presidente Bush, denúncias que, se comprovadas, poderiam levar o presidente à renúncia;
- E) na interrupção do mandato do presidente da Securities Exchange Commission, Harvey Pitt, antes que se completassem os quatro anos previstos em lei, por ordem do presidente Bush, quando este foi informado de que aquele estaria se envolvendo com pessoas suspeitas de fraudes contábeis, impedindo, com a medida, que se deteriorasse ainda mais a desgastada imagem das empresas de auditoria contábil do país.

56) Na defesa de uma pessoa acusada de algum crime, no Brasil, um advogado, em audiência num Tribunal, para usar linguagem correta e adequada, deve dirigir-se ao juiz da seguinte forma:

- A) Meritíssimo Juiz, Vossa Excelência deveis saber que o réu é pessoa que goza de merecido prestígio entre empresários e homens de negócios, pois já tomastes conhecimento pelos órgãos da imprensa dos inúmeros empreendimentos por ele levados a efeito.
- B) Meritíssimo Juiz, Sua Excelência deve saber que o réu é pessoa que goza de merecido prestígio entre empresários e homens de negócios, pois já tomou conhecimento pelos órgãos da imprensa dos inúmeros empreendimentos por ele levados a efeito.
- C) Meritíssimo Juiz, Sua Excelência deveis saber que o réu é pessoa que goza de merecido prestígio entre empresários e homens de negócios, pois já tomastes conhecimento pelos órgãos da imprensa dos inúmeros empreendimentos por ele levados a efeito.
- D) Meritíssimo Juiz, Vossa Excelência deve saber que o réu é pessoa que goza de merecido prestígio entre empresários e homens de negócios, pois já tomou conhecimento pelos órgãos da imprensa dos inúmeros empreendimentos por ele levados a efeito.
- E) Meritíssimo Juiz, Sua Senhoria deveis saber que o réu é pessoa que goza de merecido prestígio entre empresários e homens de negócios, pois já tomaste conhecimento pelos órgãos da imprensa dos inúmeros empreendimentos por ele levados a efeito.

57) Segundo o texto, o mandato de quatro anos para a presidência e diretoria da CVM tem todas as vantagens expressas abaixo, EXCETO:

- A) impede que o servidor público atente contra a moralidade e a legalidade exigidas para o exercício do cargo;
- B) preserva a independência dos dirigentes, principalmente nas situações em que eles têm de atuar contra os interesses do mercado ou do próprio governo;
- C) exige que seja usado, na escolha dos dirigentes, o critério de competência técnica e de moralidade, independente das influências políticas;
- D) obriga os dirigentes a assumirem com o país compromissos fundamentados na ética e no respeito à lei, e serem conscientes da gravidade de sua missão;
- E) valoriza o exercício da função, eximindo-a de jogos de influência e de poder, geradores de constrangimentos e de perda da autoridade.

58) Leia com atenção as frases abaixo, observando-as do ponto de vista ortográfico.

- I - Com exceção da gasolina, todos os outros derivados do petróleo, importantes para a infraestrutura do país, tiveram reajustes acima da rigidez atual dos preços.
- II - A destituição da presidência passou a ser uma obsessão para uma macissa camada de neosócios, interessados na paralisia da alvissareira diretoria.
- III - Vários assessores apresentaram-se espontaneamente para a arguição, entendendo o ato não como uma inquisição, mas como auto-reflexão, ou auto-análise.
- IV - A delinquência progressiva dos excedentes da exclusão constituem ingente atraso gerador de extensa dissensão da sociedade pós-industrial.

Constata-se que, de acordo com as normas ortográficas em vigor:

- A) estão todas incorretas;
- B) estão todas corretas;
- C) estão incorretas as frases I e IV;
- D) está incorreta a frase III;
- E) estão incorretas as frases II e IV.

59) Na frase “Os Estados Unidos deram um importante exemplo de lisura e moralidade no trato da coisa pública”, a concordância verbal:

- A) está correta, porque o verbo concorda no plural com o sujeito composto;
- B) está incorreta, porque o sujeito simples no plural deve ser entendido como uma unidade, portanto, no singular;
- C) é facultativa, podendo o verbo concordar no plural ou no singular;
- D) justifica-se pela mesma norma que justifica a concordância na frase “Os Pirineus separam a Espanha da França”;
- E) justifica-se pela mesma norma que justifica a concordância na frase “Sete Lagoas ficam em Minas Gerais”.

60) Para o preenchimento adequado das lacunas da frase “Um jornal noticiou ____ dois meses que dali ____ três semanas os cidadãos teriam acesso ____ novas tecnologias que ligariam ____ América ____ Europa ____ uma velocidade equivalente ____ da luz” têm de ser usadas as formas que aparecem na opção:

- A) há/a/a/à/a/a/a;
- B) há/a/a/a/à/a/à;
- C) há/há/a/a/à/à/a;
- D) a/há/à/a/à/a/à;
- E) a/a/à/à/a/à/à.